



## **Boa tarde caros associados (as):**

Vimos através deste informativo, levar ao conhecimento dos associados a composição e as atividades que estão sendo realizadas pela ACASPJ gestão 2012/2014 e 2014/2016.

A ACASPJ possui atualmente 198 (cento e noventa e oito) associados, e recebe mensalmente o valor de R\$ 6.387,27 reais que são arrecadados via desconto em folha de pagamento no valor de 0,5% do vencimento base de cada associado.

O saldo atual da Associação é de R\$ 135.184,51 (cento e trinta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), recursos estes acumulados ao longo da vigência da associação.

## **A atual diretoria está assim constituída: Gestão 2014/2016**

### DIRETORIA EXECUTIVA:

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Comarca</b>
Presidente	Alair Fernanda Lopes Cordazzo	São José do Cedro
Vice Presidente	Geani Ester Rippel	Dionísio Cerqueira
Secretário	Fernanda Ely Borba	Chapecó
Suplente de Secretário	Katiane Maria Centenaro	Chapecó
Tesoureira	Silvana Aparecida Orlandin	São Domingos
Suplente de Tesoureiro	Olindina Maria da Silva Krueger	Joinville
Diretor Social e de Relações Públicas	Tiago Iraton da Silva	São Bento do Sul
Assessor Jurídico	Gracieli Borla Costa	Urussanga

### CONSELHO FISCAL:

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Comarca</b>
Presidente	Alcebir Dal Pizzol	Tribunal de Justiça SC
Vice Presidente	Maris Tonon	Capital
Secretário	Elaine Cristina Mendonça	Brusque

Suplente	Vania Maria Maçaneiro	Timbó
Suplente	Rossana Mass	Rio do Sul

## **1) AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO:**

### **30 HORAS:**

Mandado de Segurança 2013.016867-0 impetrado em 22/03/2013 onde tivemos nosso direito negado por unanimidade. Após as negativas do TJSC, entramos com RECURSO no Superior Tribunal de Justiça RMS nº 48106. Contratamos nesta fase do processo o escritório de Brasília Cassel e Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, que acompanharão o processo em todas as instâncias superiores que se fizerem necessárias.

Segundo advogado de Brasília - Após adiamento do julgamento do RMS 48106 em sessão do dia 03/09, ainda não tivemos a reinclusão do mesmo em pauta. Há memoriais prontos para serem distribuídos entre os ministros a fim de subsidiar o agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso originário interposto, memoriais estes que serão entregues tão logo tenhamos informação da inclusão do processo em pauta de julgamento.

Ainda sobre esta questão das 30 horas, a ACASPJ em fevereiro de 2015 agendou reunião com o Deputado Valduga e solicitou o desarquivamento do PLC na ALESC, o que foi realizado, com apresentação de nova minuta na qual restou contemplada a possibilidade de aplicação da Lei para servidores celetistas e estatutários.

Também foi realizada articulação com o CRESS SC para tratativa da questão das 30 horas e posterior reunião junto ALESC

O PLC 032/2014 foi arquivado em janeiro de 2015, devido ao final da legislatura anterior. Após isso, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) procurou a Deputada Luciane e solicitou para que ela requereresse o desarquivamento do PLC por meio de uma Comissão ALESC. A Deputada fez o Requerimento e protocolou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Comissão aprovou o desarquivamento. O plenário da ALESC homologou isso. O PLC foi desarquivado, e o Deputado Marcos Veira foi designado relator na CCJ. Ele apresentou parecer contra o PLC. A Deputada Luciane pediu vista do PLC. A pedido do CRESS, numa reunião da CCJ, posterior, a Deputada protocolou um Requerimento para a realização de uma audiência pública na ALESC. O Requerimento foi aprovado pela CCJ. Quando fizemos contato com o CRESS para definir quando seria a audiência pública e quem convidaríamos para fazer parte da mesa, o CRESS pediu para segura e deixar a audiência para um momento futuro. Aceitamos essa proposta de encaminhamento. (Antônio Marco, assessoria da Deputada Luciane Carminatti).

### **RISCO DE VIDA:**

Em 12/05/2014 impetramos com Ação Ordinária para requerer a gratificação de Risco de Vida na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O processo está concluso para sentença com o Dr. Laudener Fernando Petroncini desde 20/03/2015 e pode ser consultado através do número **0317119-95.2014.8.24.0023**.

Além desta ação, após reunião realizada entre ACASPJ e SINJUSC, o sindicato ingressou também com Mandado de Segurança 2015.012313-9 nos representando junto ao TJSC, o MS garantiu nosso direito ao recebimento do Risco de Vida, porém não há prazo para pagamento, como é de conhecimento de todos, por conta do recurso que o Estado impetrou junto ao STF.

## 2) OUTROS ENCAMINHAMENTOS ADMINISTRATIVOS:

- a) Solicitação de colaboração para custeio da obra "O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina - Caderno III" . Apesar da realização de Convênio com o TJSC, tivemos o pedido negado, e a própria ACASPJ vai efetuar o custeio da obra.
- b) Projeto encaminhado a academia judicial via CEIJ para a realização de VI Encontro Estadual da Categoria para o mês de maio de 2016, que tentará a participação de todos os Assistentes Sociais do quadro. **Organização de toda a programação e contato com palestrantes para o evento.**
- c) Solicitação de estudo de viabilidade para conceder aos servidores do judiciário catarinense, adicional de escolaridade com valores diferenciados, juntamente com outras categorias;
- d) Conta bancária transferida para a COOMARCA, que possibilita sermos cooperados e facilita quando da troca de diretoria, pois a conta não precisa ser encerrada numa agência e aberta em outra.
- e) Contratação de contador devido as novas exigências inerentes às Associações em Geral;
- f) Solicitação de desarquivamento e retomada de discussão das 30 horas junto a ALESC, mobilização junto a CRESS/SC
- g) Organização de Assembleias anuais com jantar de confraternização (Chapecó e Blumenau);
- h) Realização de reuniões e maior mobilização com os coordenadores dos Grupos regionais, duas reuniões foram realizadas no ano de 2015;
- i) Aprovação da criação de um site da ACASPJ para melhorar o fluxo de informações com os associados, que já está em fase de construção.
- j) Estudo realizado para alteração do Estatuto no intuito de adequá-lo às novas necessidades e colocar em votação na assembléia geral que acontecerá em maio de 2016.

### Infomes Gerais:

a) Nos dias 06 e 07 de novembro do corrente ano, a colega Elaine Cristina Mendonça da Silva - Assistente Social na Comarca de Brusque/SC, representando a ACASPJ participou do evento 4º ENCONTRO ESTADUAL DAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS EM INFÂNCIA E JUVENTUDE organizado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná realizado no Município de Foz do Iguaçu/PR e representou a ACASPJ na mesa de debate com o tema proposto "O fazer profissional e sua relação com o Poder Judiciário em Santa Catarina".

Referida mesa foi proposta pelos organizadores do evento com o objetivo de conhecerem a realidade dos profissionais de serviço social e psicologia junto ao Poder Judiciário de outros Estados. Mencionaram que o mesmo já foi realizado com o Estado de São Paulo, mas, nesse momento, a intenção era conhecer a realidade de um Estado mais próximo ao Estado do Paraná.

Na ocasião, Elaine apresentou informações sobre a realidade das condições de trabalho dos assistentes sociais junto ao Poder Judiciário de Santa Catarina, destacando os pontos positivos, as dificuldades e as estratégias de enfrentamento nos seguintes aspectos: número de profissionais; distribuição dos profissionais por Comarcas e Serviços; Campo de atuação dos profissionais nas Comarcas; vínculo empregatício; jornada de trabalho; salário; disponibilidade para desenvolvimento do trabalho quanto a sala de trabalho, veículo oficial, motorista, capacitação, outros recursos materiais; autonomia profissional na instrução social dos processos; assédio moral e trabalho interdisciplinar.

Anteriormente a apresentação dos dados, Elaine esclareceu que se tratava de um esboço, pois as informações foram levantadas de maneira informal; com a participação de assistentes sociais de 35 das 111 Comarcas e, por isso, não representavam a totalidade da realidade. Apesar disso, registrou que as informações colhidas possibilitavam um olhar interessante sobre a realidade do trabalho no Judiciário de Santa Catarina e que tais informações também possibilitariam iniciar o debate sobre esse assunto no próprio Estado, tendo em vista, que até o presente momento, ele tem sido realizado de maneira pontual.

O evento contou com maior participação dos psicólogos e, por isso, Elaine também justificou que procurou levantar informações com referidos profissionais, mas somente contou com a participação de um profissional e, diante disto, os dados sobre a realidade do profissional de psicologia no Judiciário de Santa Catarina ficou restrita ao conhecimento de dados objetivos por parte da própria palestrante.

A participação no evento 4º ENCONTRO ESTADUAL DAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS EM INFÂNCIA E JUVENTUDE possibilitou obter algumas informações sobre a realidade dos profissionais junto ao Poder Judiciário do Paraná, sugerindo uma realidade um tanto mais precária que a de Santa Catarina: não contam com capacitações organizadas pelo Tribunal; o referido evento, por exemplo estava sendo organizado pelo Sindicato dos Servidores; apesar de terem muito mais profissionais do que em Santa Catarina, no evento havia pouquíssimos profissionais participando porque a maioria dos profissionais não conseguiu liberação para sair da comarca um dia; contam com um número bem maior de psicólogos, uns duzentos e poucos, e bem menor de assistentes sociais, 23 para o Estado todo do Paraná: Estado que tem o dobro de extensão territorial e população do que Santa Catarina; No Paraná, há 86 Comarcas que não contam com nenhum profissional (Assistente Social ou Psicólogo) na Comarca; não há isonomia salarial entre os profissionais que trabalham nas instâncias de 1º. e de 2º. grau, os profissionais do 2º. grau recebem o dobro de salário do que os profissionais de 1º. grau; no quadro da equipe multidisciplinar há pedagogos que entraram no Judiciário do Paraná a partir de concurso em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, porém não foram realizados outros concursos para este profissional e hoje o Estado conta com somente 8 pedagogos em seu quadro para o estado todo; muitos profissionais não possuem sala de trabalho, incluindo os psicólogos; os profissionais têm sofrido muito com assédio moral, processos administrativos e éticos por se posicionarem frente as condições de trabalho e determinações que não correspondem às suas competências.

Aproveitamos o ensejo para registrar que, ainda que a realidade do Paraná esteja um tanto mais precária do que a realidade vivenciada pelos profissionais em Santa Catarina, o conhecimento sobre outra realidade e o contato com os profissionais do Estado do Paraná, possibilitou perceber que as diferenças estão na intensidade das dificuldades vivenciadas, mas que as dificuldades e consequências são praticamente as mesmas e, isto remete e desperta nesta profissional a necessidade urgente de nos articularmos com o conjunto CFESS/CRESS para o enfrentamento em conjunto dessa realidade.

Fotos do Evento estão disponíveis no site e na fanpage do facebook, nos links: <http://sindijuspr.org.br/galeria/encontros-estaduais-dos-analistas-e-das-tecnicas-especializadas-em-infancia-e-juventude/93> e <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.880154735395843.1073741842.356195381125117&type=3>.

b) Apoio publico ao Conselho Regional de Psicologia, pela Ampliação do Quadro de Psicólogos no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina,

c) Contratação de assessoria jurídica para elaborar parecer sobre a condução de veículos pelos profissionais. Contratação de assessoria jurídica para subsidiar ações das ACASPJ, especialmente no tocante a determinações encaminhadas ao Assistente Social judiciário em discordância com a Lei de Regulamentação Profissional.